

**PET no AgInt no RE nos EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 848.498 - PR (2016/0003969-4)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**REQUERENTE** : ADAIR BUENO DE GODOY  
**REQUERENTE** : VERA CONCEIÇÃO ORTEGA DE GODOY  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINICIUS ALI AMIN E OUTRO(S) - PR022264  
RÔMULO MARTINS NAGIB - DF019015  
LUIS GUSTAVO ORRIGO FERREIRA MENDES - DF045233  
MARIELLE ORRIGO FERREIRA MENDES - DF043130  
**REQUERIDO** : RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S/A  
**ADVOGADOS** : RENATA BARBOSA FONTES E OUTRO(S) - DF008203  
AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA E OUTRO(S) - PR029178  
MARINA FONTES DE RESENDE E OUTRO(S) - DF044873  
YVE CARPI DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ120323  
ADVOCACIA FONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S - DF061500

**DESPACHO**

Vieram-me os autos para exame da petição de fls. 1.285/1.289, pela qual a parte agravante apresenta a sua contrariedade ao julgamento virtual do agravo interno por ela interposto às fls. 1.220/1.236, a se realizar entre os dias 20/2/2019 e 26/2/2019, e, ao final, postula seja o feito apreciado em sede de julgamento presencial.

**Decido.**

Segundo previsão das normas regimentais específicas, a saber, artigos 184-A, 184-B, 184-C e 184-D, o recurso de agravo interno, por suas características intrínsecas, se sujeita ao julgamento virtual como meio de conferir maior celeridade à prestação jurisdicional.

Nada obstante a função de efetividade do julgamento virtual, o artigo 184-D, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça faculta à parte o direito de se manifestar de modo contrário, desde que demonstre, de forma fundamentada, a necessidade do julgamento presencial.

No caso em exame, não se vislumbra, com o rito estabelecido no artigo 184-C do mencionado Estatuto Regimental, qualquer ofensa ao devido processo legal ou mesmo ao direito da justa prestação jurisdicional, notadamente porque não há a previsão de sustentação oral no caso de julgamento de agravo interno e a sua apreciação em sessão virtual não restringe dos julgadores a controvérsia posta e as teses firmadas pela parte agravante, ainda que ela alegue a necessidade de entrega de memoriais e do desejo de comparecer à sessão no caso de julgamento presencial.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de fls. 1.285/1.289.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente